



**ENCONTRO REGIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
POBREZA**

10 DE OUTUBRO DE 2008

***“A verdadeira participação é uma condição
para uma real inserção social”***

Índice

| | página |
|--|---------------|
| 1. Tipologia da Actividade | 1 |
| 2. Definição de objectivos e metodologia | 2 |
| 3. Destinatários | 3 |
| 4. Propostas e recomendações avançadas | 4 |
| 5. Conclusão Final | 12 |

1. Tipologia da Actividade

Esta iniciativa da REAPN, decorre de uma já relativamente longa tradição de organização de eventos cuja filosofia subjacente é a de “*dar voz, às pessoas que normalmente não a têm, em quase nenhuma circunstância*”. O que se pretende fundamentalmente é promover a discussão – e a participação – dessas pessoas de forma a poderem pronunciar-se sobre as medidas de política social que afectam directa ou indirectamente a sua vida quotidiana. Fala-se, por isso, e entre outras coisas, de Rendimento Social de Inserção, de medidas que visam a empregabilidade, de formação profissional, de subsídio de desemprego, de habitação social, de acesso à saúde, da qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e muitas outras.

A organização deste evento, torna-se possível, em primeiro lugar, pelo esforço de mobilização das estruturas locais da REAPN – os seus núcleos distritais – na promoção desta filosofia de trabalho e no desenvolvimento de projectos, grupos de trabalho e destes fóruns ao nível distrital, que têm como objectivo obter a perspectiva dos pobres a respeito da sua qualidade de vida, da avaliação das políticas de redução da pobreza e – acima de tudo – permitir que as pessoas em situação de pobreza, façam uma análise das suas situações para que iniciem os seus próprios processos de capacitação. O segundo motivo, advém da própria filosofia de trabalho da REAPN. Com efeito, este processo vem sendo uma das “*bandeiras*” da organização desde a sua fundação, quer a nível nacional, quer a nível europeu. Esta posição ficou clara, quando da realização da Assembleia Geral de 2000, em Barcelona da European Anty Poverty Network (EAPN) – em que os delegados, na declaração final, pediam a todas as estruturas das redes nacionais, que realizassem um esforço para: “*procurar vias de aumentar a participação das pessoas em situação de pobreza, no trabalho desenvolvido pelas redes*”. Este foi também o “*ponto de partida*” para o início da realização dos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza, realizados ininterruptamente todos os anos, desde 2001.

Este evento foi, em grande parte, inspirado na metodologia desses encontros europeus, que serviram de modelo para que as diversas redes nacionais adoptassem, ao nível dos seus países, mas também ao nível local, estes fóruns de discussão, com a presença das entidades responsáveis das diversas áreas das políticas sociais, em diálogo com os utentes dessas mesmas medidas de política. A REAPN considera indispensável que no processo de luta contra a pobreza, o envolvimento das pessoas directamente afectadas por esse fenómeno seja uma realidade. Nenhuma estratégia de luta contra a pobreza terá sucesso, se não incluir esta participação das pessoas e das organizações que as representam. A participação, neste sentido, não é apenas um elemento acoplado à concepção, controlo e avaliação das políticas sociais, mas uma parte essencial do desenvolvimento e da realização dessas políticas, tornando-as assim, mais eficazes.

A data da realização deste Encontro, está directamente relacionada, com o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (que se assinala a 17 de Outubro). Também nesta data, a REAPN busca

assumir um papel relevante, apostando numa estratégia de visibilidade, procurando desde há anos, desenvolver um conjunto de iniciativas, para que a data seja de facto um marco na luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. A realização deste evento, cerca de uma semana antes, tem como objectivo fundamental, a produção de um documento, que será entregue às entidades oficiais, responsáveis directamente pela concepção e aplicação de medidas na área de luta contra a pobreza, bem como à imprensa e será disponibilizado ao público em geral, às ONG's, às autarquias e demais interessados.

O 17 de Outubro, constitui para a REAPN, uma data importante, porque mobiliza a sociedade civil para um combate que é de todos e salienta a importância da participação nesse combate. Não se trata apenas do marcar de um dia internacional, mas uma jornada que tem por missão assinalar algo tão fundamental que se encontra inclusivamente inscrito nos próprios princípios da construção europeia. Mas a Organização pretende ir mais longe: a participação tem que ser um processo diário, quotidiano, porque a luta contra a pobreza é também um processo quotidiano. Foi neste contexto que surgiu a proposta de reedição de **Três Encontro Regionais** (este ano em Guimarães, Torredeita (Viseu) e em Beja), além de se incluírem na estratégia de maior visibilidade para o 17 de Outubro, procuram igualmente consolidar a estrutura territorializada ao nível distrital mas também regional.

2. Definição de objectivos e metodologia

No seguimento das actividades realizadas em anos anteriores e da estratégia de, por um lado, dar visibilidade pública e, por outro lado, dar voz aos excluídos, a REAPN desenvolveu estes encontros regionais norteados pelos seguintes objectivos:

- 1) Sensibilizar a opinião pública para as questões da pobreza e da exclusão social;
- 2) Promover a cidadania de grupos mais vulneráveis;
- 3) Promover a experimentação de novas estratégias de combate à pobreza.
- 4) Compreender a natureza da pobreza na perspectiva das pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social, mediante uma focalização das suas realidades, necessidades e prioridades;
- 5) Obter a perspectiva dos *pobres* a respeito da sua qualidade de vida, das políticas de redução da pobreza, bem como sobre o acesso e a qualidade dos serviços prestados;
- 6) Permitir que as pessoas em situação de pobreza façam uma análise das suas situações para que iniciem os seus próprios processos de redução da pobreza.

Os Encontros Regionais realizados a 10 de Outubro de 2008, foram dotados de um cariz mais prático tendo como destinatários principais e exclusivos, os beneficiários das medidas de política social. Nesse sentido, propôs-se a realização de três workshops (com a duração de 1h30m) que decorreram de manhã e à tarde, sobre os seguintes temas:

1. **Saúde;**
2. **Educação, Formação e Emprego;**
3. **Protecção Social**
4. **Direitos e Cidadania** (tema transversal aos anteriores)

Cada Núcleo Distrital foi responsável pela identificação dos participantes, ou seja, pessoas que estão (ou já estiveram) em situações de desfavorecimento social. Esta identificação/inscrição nos workshops teve como base um trabalho prévio de cada Núcleo Distrital através da utilização das mais variadas metodologias (reuniões de grupos de trabalho sobre a participação, reuniões de núcleo, reuniões específicas, participação nas redes sociais, nas plataformas supramunicipais, visitas institucionais, entrevistas, ...) e do envolvimento de um conjunto de parceiros como as instituições associadas e os serviços públicos locais.

Cada workshop procurará trazer uma maior clareza das políticas sociais para cada um dos participantes. Mais do que debater casos pessoais, interessará discutir os princípios da filosofia dos sistemas de solidariedade com base obviamente nessas mesmas realidades, contribuindo assim efectivamente para a melhoria de situações quotidianas. Exemplos:

- A partir de situações de incapacidade física, perceber de que forma actua o Sistema Nacional de Saúde e onde estão as suas falhas e os seus sucessos;
- A partir de casos de frequência sucessiva de cursos de formação, discutir a formação profissional como estratégia (de sucesso ou não) para aumentar o nível de qualificações dos portugueses;
- A partir de situações de fragilidade social (idosos, crianças vítimas de maus tratos, deficientes, ...) discutir o papel do Estado enquanto garante do laço social na construção de uma sociedade mais equitativa.

Para *responder* às questões suscitadas, cada workshop contou com uma equipa de respostas de organismos públicos aptos a fazê-lo. Participaram ainda em cada workshop um facilitador e um relator, papéis estes tendencialmente desempenhados pela equipa técnica da REAPN presente em cada Encontro (técnicos dos núcleos + coordenações distritais + técnicos da sede). Os workshops estiveram abertos à participação dos técnicos das instituições que acompanharam as delegações distritais.

3. Destinatários

Como facilmente se depreende do ponto anterior os principais destinatários foram pessoas que vivenciam ou vivenciaram, de algum modo, uma ou mais situações de desfavorecimento social, isto é, cidadãos/ãs em risco social, seleccionadas através de um trabalho em articulação com as instituições colaboradoras dos vários núcleos distritais da REAPN. Estiveram presentes 72

indivíduos oriundos de diversos contextos/problemáticas: toxicodependência, alcoolismo, desemprego, falta de condições de habitabilidade, reformas baixas, beneficiários de RSI, ...

Tendo em consideração que este Encontro procurou *projectar a visão acerca das suas vidas a outros, especialmente a decisores (membros influentes nas comunidades, políticos, ...)* convidaram-se algumas entidades públicas com responsabilidades nas diversas áreas - estiveram representados os Governos Cívicos, Centros Distritais de Segurança Social, Centros de Emprego, as Sub-Regiões de Saúde - bem como instituições dos 18 distritos.

4. Propostas e recomendações avançadas

SAÚDE

Nos Encontros Regionais, os problemas de saúde referidos e as problemáticas diversificadas a eles associadas foram os seguintes: Alcoolismo, Toxicodependência, Deficiências Física (Motora, Invisível) Saúde Mental, doença cardiovascular, Doenças raras...

Os participantes referiram em primeiro lugar a existência de baixos níveis de posse de informação e conhecimento: a escassa sensibilização para o exercício da prevenção, o escasso conhecimento relativamente às doenças e, sobretudo, aos seus direitos, quer no tocante ao acesso aos serviços de saúde (seja quanto às doenças crónicas, às ajudas técnicas, às consultas de saúde materna, de rastreio, etc.), quer no que respeita aos apoios inerentes às situações de desfavorecimento socioeconómico (ex.: isenção de taxas moderadoras e maiores participações do Estado na aquisição de medicação, apoio para deslocações, ...).

Ao nível dos serviços apontaram-se alguns constrangimentos como:

- - a persistência da dificuldade de comunicação entre serviços e utentes. Os serviços de saúde ainda estão muito centrados na "Organização" e pouco no Utente. Não se pode intervir e "trabalhar" as situações e os casos à margem dos utentes, porque eles são o principal enfoque;
- - a existência de muitas falhas em termos de acesso à informação. No Sistema Nacional de Saúde, não é facilitado o acesso a informação aos mais desfavorecidos, ou aos que têm maiores dificuldades em perceber a linguagem médica e mesmo a sinalética existente dentro dos hospitais e centros de saúde.
- - existência de dificuldades no que diz respeito à acessibilidade, sobretudo na marcação da primeira consulta de especialidade, que está enormemente dificultada para os cidadãos mas também do médico de família. Permanece ainda uma dificuldade de acesso a serviços diferenciados, que é mais premente em regiões do interior;
- Inexistência de especialidades médicas próximas o que pode implicar deslocações aumentando as despesas

- falta de Recursos Humanos nos Hospitais e nos Centros de Saúde, faltam médicos e faltam enfermeiros mas foi também referido a falta de técnicos especializados e dotados de sensibilidade humana para acompanhamento de casos de internamento e do regresso à família/instituição cuidadora
- Internacionalização dos médicos (presença de muitos médicos estrangeiros) que provoca problemas ao nível da comunicação e da compreensão da linguagem médico-utente e vice-versa;

Ao nível familiar as reflexões debateram o processo de reintegração na estrutura familiar após o tratamento (ex. nas situações de alcoolismo e toxicodependência mas também noutros casos) e em termos de relações de sociabilidade e de (re)conquista do seu lugar na comunidade. Neste ponto deve assinalar-se indivíduos – após período de tratamento - continuando a usufruir de apoio de IPSS's (centro de acolhimento, internamento,...) evidenciando uma ruptura com as estruturas familiares.

Também a este nível abordou-se o desgaste físico e psicológico que a doença provoca na estrutura familiar sobretudo em doenças que exigem o acompanhamento permanente do doente sendo que as respostas existentes se dirigem quase todas apenas às situações de internamento. Por outro lado, as poucas respostas existentes para acompanhamento pós-internamento, dirigem-se sobretudo à área da toxicodependência o que pode originar factores de constrangimento em situações específicas (de assinalar que essas respostas são da responsabilidade da rede de equipamentos privada, embora protocoladas com o Estado). Este cenário obriga a um grande esforço da estrutura familiar na prestação de cuidados aos doentes, o que, pode implicar o afastamento de familiares (regra geral as mães) do mercado de trabalho.

Especificamente sobre a saúde mental referiu-se a inexistência de respostas ao nível do apoio aos familiares dos doentes, o que constitui uma necessidade premente, dado, por um lado, o cenário ao nível das respostas e, por outro lado, as características da doença. Um último domínio de constrangimento à intervenção neste domínio da saúde mental diz respeito a uma cultura de ocultação em torno da doença que parece ainda subsistir na família, na comunidade em geral e mesmo na comunidade médica. Este cenário, constituindo um obstáculo à informação e ao conhecimento, tende a contribuir para a perpetuação da mistificação da doença e, como tal, para a desadequação da sua abordagem a diversos níveis;

Considerando os contextos vivenciados pelos participantes dos Encontros Regionais, várias foram as propostas e recomendações avançadas, nomeadamente:

- Melhorar a complementaridade entre os serviços públicos de saúde e a rede de equipamentos de solidariedade social afigura-se fundamental para o sucesso da intervenção, que se exige integrada;
- Reforçar a política de *mainstreaming* nos diversos sectores, uma vez que muito dos casos de saúde entrecruzam com situações de pobreza e exclusão social;

- Aumentar a qualificação do serviço de psiquiatria no âmbito do tratamento ao alcoolismo, passando também pelo incremento da sua humanização, quer ao nível dos profissionais quer ao nível das estruturas físicas;
- Aumentar e formar os recursos humanos. Especificamente:
 - aumentar os médicos de família (nos Centros de Saúde).
 - Aumentar o número de enfermeiros e auxiliares nos serviços de saúde para poderem prestar um melhor apoio aos utentes;
 - Integrar psicólogos para acompanharem os utentes enquanto estão internados nos serviços de saúde;
 - ter uma equipa de profissionais (enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, ...) que façam a ponte entre os serviços de saúde e a família que ficará com o utente quando este tiver alta / acompanhamento das famílias cuidadoras. Foi reconhecido que os profissionais de Saúde (médicos, enfermeiros, auxiliares, ...) têm mais formação actualmente. No entanto apela-se: a uma maior atenção e sensibilidade para com os utentes; maior capacidade para ouvir os utentes; uma maior preparação e também apoio para lidar com casos de saúde mais complicados.
- Aumento da proximidade dos serviços de saúde, incluindo das doenças raras, com a divulgação das entidades associativas que apoiam no terreno os indivíduos portadores das patologias.
- Intervenção precoce ao nível do diagnóstico e do subsequente tratamento na área das doenças de foro cardiovascular e de foro hepático;
- Ao nível da deficiência:
 - aumentar os apoios para aquisição de equipamentos, nomeadamente ajudas técnicas, dos apoios na medicação para os doentes portadores de doenças crónicas e dos apoios aos indivíduos portadores deficiência visual;
 - melhorar a adequação dos serviços das associações de apoio às necessidades dos doentes, nomeadamente, na área da deficiência visual;
 - aumentar a empregabilidade e a visibilidade dos Centros de Formação Profissional no tocante às pessoas com deficiência nomeadamente, com incapacidade ao nível da locomoção;
 - garantir o cumprimento da legislação existente ao nível das acessibilidades;
- Ao nível da Saúde mental:
 - criar de respostas especializadas e respostas de acompanhamento permanente no terreno para pessoas com esquizofrenia;
 - criar respostas para apoio aos familiares e outros cuidadores informais de pessoas com esquizofrenia;
 - aumentar o nível de informação e de sensibilização da sociedade tendo em vista a desmistificação das doenças mentais, nomeadamente, da esquizofrenia;
 - aumentar a rentabilização dos recursos existentes no domínio da educação especial e na área mental;
 - clarificar as orientações legislativas no que respeita às comparticipações estatais para as ajudas técnicas.

- Clarificar o enquadramento de doenças associadas à problemática da adição;
- Implementar medidas de prevenção da Toxicodependência em meio escolar, com acções de sensibilização e informação

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO

Este workshop teve como tema central a educação e a formação enquanto factores determinantes para a obtenção de emprego.

Da discussão e avaliação relativa a algumas políticas sociais activas de emprego e a sua adequação à empregabilidade dos públicos abrangidos, os participantes referiram-se sobretudo a medidas como: o subsídio de desemprego, as Empresas de Inserção, os Centros de Reconhecimento e Validação de Competências e o programa Novas Oportunidades.

Os beneficiários destas medidas identificam alguns constrangimentos na sua aplicação, quer por parte das instituições envolvidas no encaminhamento das situações, quer pelos organismos oficiais, que dizem, não procuram vias de empregabilidade efectiva. Por um lado, são referidas lacunas ao nível do conhecimento e divulgação dessas medidas e desarticulação entre as instituições na passagem desta informação.

Por sua vez, consideram que os próprios serviços de atendimento público (nomeadamente, os Centros de Emprego) necessitam de “falar a uma só voz”, fornecendo informações correctas e em tempo útil, reduzindo assim o tempo de atendimento. É imprescindível um acompanhamento mais profissional e eficaz, investindo em mais recursos humanos, mais sensibilizados e tolerantes aos problemas dos utentes, utilizando uma linguagem esclarecedora, informando sobre os reais direitos e deveres inerentes às medidas de apoio ao emprego, facilitando assim a comunicação utente-serviços.

O contexto social e económico dos últimos anos abriu portas ao despedimento e falência de várias empresas locais, agravando assim as situações de desemprego de muito dos participantes, sobretudo em função da sua idade e da especialização profissional. Neste âmbito, medidas de formação e reconversão profissional (RVCC e Novas Oportunidades) foram objecto de alguma crítica pelo seu desajuste ao perfil dos beneficiários, sendo necessário repensar o seu funcionamento a nível de horários (maior flexibilidade para melhor conciliação familiar), conteúdos programáticos dos cursos e metodologias de acompanhamento desses beneficiários.

Paralelamente, a questão da empregabilidade foi amplamente acentuada em todos os Encontros regionais, seja pela excessiva burocratização dos processos e prazos tendo em vista a criação do próprio emprego, seja pela oferta de cursos formativos que é manifestamente desadequada às necessidades do mercado de trabalho. Por conseguinte, sugeriu-se a realização junto do tecido empresarial de um diagnóstico efectivo das necessidades do mercado.

Em suma, a distância entre o Estado e os serviços e respostas existentes são um facto determinante para o não sucesso dos processos de inserção na vida activa de muitos cidadãos e cidadãs. Na opinião dos participantes nestes Encontros, as respostas/medidas existentes “são boas”, não é necessário criar mais mas fazer melhor, repensando a sua aplicação. Sendo assim, é necessário criar mecanismos contínuos de auscultação da população mais vulnerável neste âmbito, ou seja, criar tempo e espaço para ouvir os utentes, de forma a que as medidas criadas ou a criar vão de encontro às suas reais necessidades. Por sua vez, cabe ainda às pessoas lutar pelos seus direitos e assumirem atitudes pró-activas, já que, como sublinhou um dos participantes “A participação faz-se participando”.

PROTECÇÃO SOCIAL

Uma das primeiras reflexões que surgiram entre os delegados que participaram nos Encontros, esteve relacionada com o papel do Estado e das diversas instituições no combate à pobreza e na protecção social dos cidadãos. Ficou latente a ideia de que apesar do papel determinante das diversas instituições de intervenção social, estas constituem um recurso insuficiente para o eficaz combate à pobreza. Segundo os participantes, o combate à pobreza e a necessária garantia de uma distribuição da riqueza mais justa, deve ser “um combate de todos” em que o Estado deverá assumir um papel determinante.

Neste seguimento, foi apontada a necessidade de definir políticas orçamentais dirigidas para a protecção social, afectando, por conseguinte, “uma maior fatia do orçamento de Estado” para este sector. Deste modo, as políticas económicas definidas não deverão contribuir para o agravamento da situação de pobreza e exclusão social como tem acontecido nos últimos anos. Deverá existir sim, uma vontade política inequívoca para assumir e concretizar os compromissos assumidos de combate à pobreza, não se limitando esta vontade à mera importação de políticas desenvolvidas noutros países que não são adaptadas à realidade portuguesa.

Foram também tecidas diversas considerações sobre as diferentes formas de pobreza existentes, tendo sido diferenciada a pobreza das zonas urbanas e das zonas rurais, reconhecendo-se, no entanto, os factores que lhes são comuns. Destacaram-se a este nível as diversas fragilidades no acesso aos serviços de saúde por parte das populações mais desfavorecidas, a falta de respostas ao nível da habitação social ou da qualificação das habitações mais antigas e degradadas, e da precarização do emprego, em que o Estado é, ele próprio, promotor de trabalho precário.

Um dos grupos considerados mais expostos e vulneráveis a situações de pobreza, foram os idosos, vivendo uma situação de carência económica particularmente preocupante, por via de pensões e reformas extremamente reduzidas que não garantem muitas vezes a sua sobrevivência e dignidade. Segundo os participantes, a prioridade deve ser concedida ao aumento destas pensões e reformas, dispensando compensações e complementos adicionais que são muitas vezes sentidas e interpretadas como “esmolas”. Referindo-se particularmente ao CSI – Complemento Solidário para Idosos, foram levantadas questões relacionadas com as formas de atribuição do

mesmo, bem como o surgimento de situações constrangedoras entre os idosos e seus familiares, pela solicitação de comprovativo de rendimento dos filhos. Nesta medida, os idosos deverão usufruir da atribuição do complemento por direito próprio, sem que dele dependam ou necessitem articular com os seus familiares.

Um outro grupo que usufrui de reduzida protecção social, segundo os participantes, são as pessoas com deficiência, tendo sido salientada a situação particularmente difícil com que se deparam estas famílias. Neste âmbito, foram abordadas as dificuldades que se prendem com a escassez de instituições de apoio a que podem recorrer, das condições das próprias escolas em que são integradas as crianças com deficiência e que raramente contemplam todas as necessidades existentes, ou ainda a reduzida flexibilidade dos postos de trabalho para uma melhor conciliação entre a actividade profissional dos familiares e a prestação de cuidados às pessoas com deficiência.

Foi igualmente assinalada a situação das pessoas que residem nas zonas mais rurais dos Distritos da Região Sul, cujo isolamento a toda uma rede de apoios é uma realidade inultrapassável. Neste âmbito, encontraram-se as referências à insuficiência e desadequação das redes viárias e de transportes públicos que responda às necessidades, às escassas ofertas de emprego que maioritariamente se referem a trabalho precário, ou à dificuldade em “concorrer” com os fenómenos de imigração ilegal explorados por entidades patronais que oferecem condições de trabalho e de remuneração insustentáveis.

A imigração constituiu também assim uma realidade reflectida e discutida entre os participantes do workshop em causa, tendo sido abordada a questão não apenas da exploração dos imigrantes ilegais, bem como as dificuldades e constrangimentos sentidos ao nível do acesso à informação em geral, mas sobretudo no acesso aos serviços de saúde, ainda que estes sejam contribuintes da Segurança Social.

Um outro elemento incontornável na discussão entre os delegados do Encontro que participaram neste workshop, referiu-se à medida de política social RSI – Rendimento Social de Inserção, tendo sido levantadas dúvidas sobre as condições de atribuição da prestação consideradas pouco claras e perceptíveis. Consideram os participantes que na atribuição do apoio, deve ser tida por referência a situação económica actual e não os rendimentos do ano transacto. A extrema burocratização do processo com alguma desarticulação entre as estruturas de apoio e a rotatividade dos técnicos (que implica uma exposição sistemática da situação social do utente) foram outras questões apontadas. Neste domínio, foi salientada a importância de um acompanhamento de grande proximidade aos beneficiários da medida, prevendo a sua autonomização a diversos níveis, nomeadamente ao nível da gestão do orçamento familiar e da própria prestação.

Um tópico também abordado na discussão esteve relacionado precisamente com a intervenção social, tendo sido focada a forte limitação de recursos humanos ao nível das diversas instituições

com intervenção e acompanhamento de pessoas vulneráveis ou em situação de pobreza e exclusão social.

A ideia de que é necessária uma maior proximidade, mais personalizada e humanizada, entre técnicos e as pessoas apoiadas, foi amplamente repetida, não apenas pela melhoria da eficácia da própria intervenção, mas inclusivamente para permitir a detecção de situações de abusos e aproveitamento de apoios em situação indevida. Foi considerado que existe a necessidade de verificação permanente do cumprimento de direitos e deveres, para que a protecção social e os apoios prestados não sejam concedidos em situações indevidas, não permitindo a “diferenciação de uns em vez de outros”.

Por outro lado, foi apontada uma excessiva morosidade na concretização da intervenção social em muitos processos, tendo sido também salientada a necessidade desta não se concretizar apenas em situações de crise e forte desamparo das populações.

Do mesmo modo, foi identificada a importância da concertação e articulação da intervenção das instituições de solidariedade social, Santas Casas da Misericórdia, Segurança Social, Ministério da Educação, etc.

Segundo os participantes neste Encontro, todas estas medidas de protecção social procuram dar resposta a situações de emergência social, no entanto foi considerado fundamental desenvolver intervenções que promovam a inclusão social, pela autonomização dos indivíduos e a saída definitiva das situações de pobreza e exclusão social em que vivem, combatendo a “mendicidade como forma de vida”.

È pois determinante a participação das pessoas e o papel que estas devem desempenhar enquanto protagonistas na mudança e resolução das situações de pobreza em que se encontram. Neste âmbito, o acesso permanente à informação sobre os seus direitos e deveres assume um lugar crucial e decisivo.

5. Conclusão Final

É possível concluir que as dificuldades e os constrangimentos à participação se geram, logo à partida, com as dificuldades em aceder à informação e ao conhecimento. Esta parece não se encontrar facilmente acessível no seio dos recursos que as pessoas detêm nos seus quotidianos. Esta matriz foi transversal em todos os workshops temáticos: o acesso à informação e o grau de informação são, desde logo, o principal obstáculo à participação.

É de assinalar que a grande maioria dos participantes, apresentou constrangimentos de várias ordens que são inibidores à participação e ao exercício pleno da cidadania, particularmente ao nível da saúde. De facto, em todos os grupos, uma grande maioria das pessoas para além de

sofrerem ou terem sofrido, num passado recente, de condições inibidoras da participação social (passando, sobretudo, pela estrutura familiar e pelo mercado de trabalho), vivem situações de vulnerabilidade económica e social extremas e prolongadas (alguns deles sem retaguarda familiar), que os foram excluindo, ao longo da vida, dos contextos sociais facilitadores do acesso à informação e ao conhecimento. Por outro lado, os serviços públicos e outro tipo de organizações com responsabilidade nas áreas discutidas parecem não desenvolver ainda mecanismos suficientemente eficazes para se tornarem, eles próprios, motores da facilitação deste acesso e da potenciação de patamares mais elevados de participação. Não detendo o acesso à informação e ao conhecimento, atingir outros patamares de participação revela-se uma expectativa que, se existir, se encontra gorada à partida.

Relativamente aos participantes que revelaram níveis de participação mais elevados, as dificuldades parecem prender-se, por um lado, com a escassez e mesmo inexistência de respostas e de contextos organizacionais potenciadores e facilitadores do desenvolvimento de processos de participação; por outro lado, no que respeita às pessoas que detêm formação e experiência profissional e habilitações escolares, os maiores constrangimentos à participação prendem-se com situações de desemprego, mau emprego ou emprego precário, associados a baixos rendimentos ou rendimentos insuficientes para fazer face à vida quotidiana.

Partindo de uma análise por antagonismo dos factores acima enunciados, a condição de base da participação é o acesso à informação e ao conhecimento. Para tal, é necessário que as pessoas adquiram ou recuperem patamares de integração em redes de sociabilidade, proporcionadas pela família, pelo trabalho e/ ou por outras estruturas relacionadas com as diversas dimensões da vida social, com, por exemplo, o voluntariado e o associativismo. São estas mesmas estruturas que asseguram as condições e potenciam o desenvolvimento de níveis de participação mais elevados (ex.: grupo de auto-ajuda ligados à doença mental, plataformas de procura activa de emprego e/ou outros grupos cívicos).

Simultaneamente, é fundamental que as organizações com responsabilidade directa e indirecta na área da saúde, do emprego e da protecção social em geral, procurem desenvolver mecanismos de aproximação às pessoas no sentido de adequarem as suas respostas às necessidades das mesmas, mas também para se constituírem como agentes de intermediação entre a população e os decisores, tornando-se, para além de prestadoras de serviços, canais de comunicação entre estas duas instâncias e, como tal, agentes centrais de potenciação de processos de participação.

Tendo subjacentes os factores considerados facilitadores da participação, reforçam-se e enunciam-se duas propostas de cariz estruturante:

- Proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento, mediante o desenvolvimento de um trabalho que vise a construção ou reconstrução de redes de sociabilidade primárias e secundárias (exemplos de estruturas e contextos a considerar: família, educação, trabalho, voluntariado e

associativismo). Neste âmbito, é fundamental o desenvolvimento e consolidação de estruturas reticulares entre as organizações com responsabilidade directa nas diversas áreas da intervenção social, (ex.: organizações de apoio social, emprego, formação, associativismo), desempenham papéis centrais na estruturação ou reestruturação das redes de sociabilidade. Desta forma, será também assegurado o trabalho integrado, essencial para o sucesso dos processos de intervenção a para a consolidação dos processos de inclusão social;

- Desenvolver e consolidar mecanismos de aproximação das organizações às pessoas, visando, num patamar mais imediato, adequar as respostas das primeiras às necessidades das segundas e, num patamar mais estratégico, assegurar a existência de canais de comunicação adequados (ancorados nestas organizações) entre a população e as instâncias decisoras.

A multidimensionalidade dos problemas das pessoas, ficou patente no desenrolar dos trabalhos. Não é de todo possível separar as necessidades das pessoas em função de divisões administrativas: os problemas relativos à habitação, emprego, saúde e protecção social, ... A solução destes problemas só será conseguida se se definir um pacote integrado de medidas, que podem variar muito de caso a caso, mas que contemple uma tentativa de solução global. Por outro lado, apelou-se à simplificação de processos e ao estabelecimento de parcerias entre os diversos serviços no terreno: os serviços de emprego deveriam estar em articulação com os da saúde, com a segurança social e com a educação.

Um grave problema da maior parte das pessoas em situação de pobreza é o carácter imprevisível das ajudas ao seu rendimento, (ex.: situações de subsídio de desemprego, Rendimento Social de Inserção, ...). Frequentemente os processos de atribuição são longos e provocam situações de fragilidade financeira. Este tipo de situação é desencorajante para as famílias uma vez que as pessoas que vivem nesta situação têm necessidade de planificar a sua vida, assegurar as despesas fixas da sua vida quotidiana. Isto implica garantir que qualquer mudança (em particular as reduções) não seja introduzida no nível do rendimento, sem ser prevista com antecedência. É ainda necessário prestar atenção particular às transições a partir de diferentes tipos de subsídios, por exemplo, de um subsídio atribuído pela segurança social, para uma remuneração através do pagamento de um salário.

Analisando os obstáculos específicos que estes(as) cidadãos/ãs podem ter no caminho para a inclusão social, particularmente no domínio de serviços de proximidade - assistência à infância, ajuda nos transportes, formação específica - a estratégia a seguir deve ser vasta para ter em conta a multicomplexidade dos problemas e oferecendo uma intervenção multidimensional como resposta às necessidades e aspirações de cada um.

“A verdadeira participação é uma condição para uma real inserção social”

Anexos: Fotos

Encontro Regional do Norte: Guimarães



Encontro Regional do Centro: Torredeita (Viseu)



Encontro Regional do Sul: Beja

